



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO N. 04/2019.**

**TERMO ADITIVO N. 01 AO CONTRATO N. 04/2019 (evento n. [0450354](#))**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI N. [0002398-28.2018.6.22.8000](#) (vinculado ao PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI N. [0003670-52.2021.6.22.8000](#))**

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 012/2019**

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A UNIÃO, ATRAVÉS DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A EMPRESA OI S.A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TELEFONIA FIXA COMUTADA (STFC) DIGITAL, NAS MODALIDADES LOCAL E LONGA DISTÂNCIA.**

A UNIÃO, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13, com sede na Avenida Presidente Dutra, 1889, Bairro Baixa União, CEP: 76.805-859, em Porto Velho/RO, neste ato representado por sua Diretora Geral, Senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG n. 294.893-SSP/RO e do CPF n. 475.106.849-00, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro, a Sociedade Comercial **OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, CNPJ nº. 76.535.764/0001-43, com sede na Rua do Lavradio, n. 71, 2º andar – Centro, CEP: 22.230-070, no Rio de Janeiro/RJ, e-mail(s): luis.matos@oi.net.br; adriane.menezes@oi.net.br; ps@oi.net.br; e telefone(s): (61) 98531-5702, (61) 98626-3132 e (85) 98826-0259, neste ato representada por seus procuradores, Senhor **SÉRGIO AUGUSTO FERREIRA DA SILVA**, brasileiro, Engenheiro Civil, portador da Cédula de Identidade RG 4.377.235-SSP/PE e do CPF 821.751.954-49, e-mail(s): [sergio.ferreira@oi.net.br](mailto:sergio.ferreira@oi.net.br), telefone(s): (81) 98869-6959, e pela Senhora **VIVIAN DE SOUZA DUARTE FIORENTINI**, brasileira, Contadora, portadora da Cédula de Identidade n. 2.847.263-SSP/DF e do CPF n. 880.640.501-20, e-mail(s): [vivian.duarte@oi.net.br](mailto:vivian.duarte@oi.net.br) e telefone(s): (61) 98512-2056, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, em conformidade com o Ato de Autorização constante no Despacho n.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

36/2022-GABDG, de 17/01/2022 (evento [0780451](#)), celebram, mediante acordo entre as partes, o presente termo aditivo, ficando estabelecidas as seguintes cláusulas e condições:

**DO OBJETO**

**(Artigo 55, I, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – O presente Termo Aditivo tem por objeto **PRORROGAR** o prazo de vigência do Contrato n. **04/2019** (evento [0450354](#)) por mais **12 (doze) meses a partir de 04/03/2022 a 03/03/2023**.

**Subcláusula única** - O histórico desta contratação consta no anexo I deste instrumento.

**DO VALOR**

**(Artigo 55, III e V, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA SEGUNDA** – O presente Termo Aditivo totaliza o valor estimado de **R\$ 93.557,60** (noventa e três mil quinhentos e cinquenta e sete reais e sessenta centavos).

**Subcláusula Primeira** - As despesas com a execução do presente instrumento correrão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Anual 2022 da Justiça Eleitoral de Rondônia, mediante reforço da nota de empenho principal, caso necessário.

**Subcláusula Segunda** - O valor total atualizado deste contrato, para fins de eventual cômputo do limite máximo de acréscimos e supressões permitidos legalmente (Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010–Plenário), é de R\$ 93.557,60.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**DA GARANTIA**

**(Artigo 55, VI, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA TERCEIRA** – Para assegurar a plena execução deste instrumento, a **CONTRATADA** deverá apresentar, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, a contar da assinatura deste termo aditivo, **complementação da garantia contratual, no valor de R\$ 4.677,88 (quatro mil seiscentos e setenta e sete reais e oitenta e oito centavo), correspondente de 5% (cinco por cento) sobre o valor total deste Termo Aditivo**, em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei 8.666/93 e nos termos e condições do art. 56, § 2º, da Lei 8.666/93, consoante regras estabelecidas na Cláusula Sexta do Contrato originário.

**DO FUNDAMENTO LEGAL**

**(Artigo 55, XII, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA QUARTA** - O presente Termo Aditivo é celebrado com fundamento no art. 57, II, da Lei 8666/93 e na Cláusula Quarta do Contrato n. 04/2019 (evento [0450354](#)).

**DA RATIFICAÇÃO**

**CLÁUSULA QUINTA** - Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições estabelecidas no Contrato Originário e não alteradas pelos aditivos e apostilas posteriores.

**DA PUBLICAÇÃO**

**(Artigo 61, Parágrafo único, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA SEXTA** - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

E por estarem, CONTRATANTE e CONTRATADA, assim acordados, lavrou-se o presente Termo, que após lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, 07 de fevereiro de 2022.

<b>LIA MARIA ARAÚJO LOPES</b> Pelo Contratante	
<b>SÉRGIO AUGUSTO FERREIRA DA SILVA</b> Pela Contratada	<b>VIVIAN DE SOUZA DUARTE FIORENTINI</b> Pela Contratada
Fábia Maria dos Santos Silva CPF: 567.849.102-49 Testemunha	Luciano da Silva Santos Braga CPF: 812.434.482-53 Testemunha

**ANEXO I DO TERMO ADITIVO N. 01 AO CONTRATO N. 04/2019**

**Histórico do Contrato: informações sobre o Contrato inicial e de cada Aditivo/Apostila:**

<b>Contrato/Aditivo/Apostila (Valores, objetos e datas de assinatura e de vigência)</b>	<b>Valor inicial do contrato e valor de cada aditivo/apostila</b>	<b>Percentual de acréscimo/supressão realizado em cada aditivo em relação ao valor inicial do contrato (Art. 65, § 1º da Lei n.</b>
-------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

		8.666/93)
Contrato n. 04/2019, assinado em 29/08/2019 – Volume VII do PA (evento n. <a href="#">0450354</a> ) Vigência de 30 meses, a contar da assinatura, ou seja, de 03/09/2019 a 03/03/2022 Valor do contrato: R\$ 188.293,20 Garantia: R\$ 9.414,66	R\$ 188.293,20	-
Apostila n. 1, assinada em 20/10/2020 – Volume X do PA (evento n. <a href="#">0608457</a> ) Reajuste de 4,72%, a contar de 14/08/2020. Valor da Apostila R\$ 8.651,44 Garantia: R\$ 432,57	R\$ 8.651,44	-
Apostila n. 2, assinada em 11/11/2021 – Volume XIV do PA (evento n. <a href="#">0760562</a> ) Reajuste de 19,25%, a contar de 14/08/2021. Garantia: R\$ 1.847,47	R\$ 36.949,34	-
Termo Aditivo n. 1, assinado em ____/01/2022 – Volume XVI do PA (evento n. <a href="#">0788498</a> ) Prorrogar o prazo de vigência por mais 12 meses, a contar de 04/03/2022 e data final em 03/03/2023, Garantia: R\$ 4.677,88	R\$ 93.557,60	-

\*Eventuais divergências nas somas são decorrentes de arredondamento de casas decimais em cálculos envolvendo dízimas periódicas.

**VALOR ATUALIZADO CONTRATO PARA EVENTUAL****R\$ 93.557,60**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<b>CÔMPUTO DE ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES</b> – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário.	
<b>PERCENTUAL TOTAL DE ACRÉSCIMOS JÁ REALIZADOS NESTA CONTRATAÇÃO EM RELAÇÃO AO VALOR ATUALIZADO CONTRATO</b> – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário.	<b>0,00%</b>



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 08/02/2022, às 14:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **VIVIAN DE SOUZA DUARTE FIORENTINI, Usuário Externo**, em 14/02/2022, às 14:20, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **SÉRGIO AUGUSTO FERREIRA DA SILVA, Usuário Externo**, em 17/02/2022, às 08:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 17/02/2022, às 11:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO DA SILVA SANTOS, Auxiliar Administrativo(a)**, em 17/02/2022, às 11:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0788498** e o código CRC **905F9205**.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0002398-28.2018.6.22.8000

INTERESSADO: COSEIC

**ASSUNTO: Contratação de pessoa jurídica para prover acesso à internet na sede do TRE/RO – Possibilidade de reajuste e minuta de apostila – Análise.**

**PARECER JURÍDICO Nº 222 / 2021 - PRES/DG/AJDG**

**I - DO RELATÓRIO**

1. Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Governança e Controle - SEGOV com o objetivo de abrigar a contratação efetivada com a empresa em recuperação judicial **OI S.A.**, CNPJ n. 76.535.764/0001-43, especializada na prestação de **Serviço de Telefonia Fixa Comutada** (STFC), não residenciais, a fim de atender as necessidades deste TRE/RO, mediante **Contrato n. 5/2019** firmado entre as partes ([0478075](#)).

2. Na Solicitação n. 21/2021 - **PRES/DG/STIC/CSCOR/SEGOVTIC** ([0752113](#)) o gestor da contratação informa ao secretário da SAOFC a necessidade da aplicação do reajuste contratual previsto na Cláusula Nona do Contrato n. 5/2019, considerando o interregno de 01 (um) ano do último reajuste aplicado no valor do contrato, com efeitos financeiro a partir de 25/09/2020, contabilizando portanto o período necessário previsto em lei.

3. O gestor prossegue em sua solicitação com a indicação da variação percentual do índice de reajuste de serviços de telecomunicações (IST) de **18,94%** no período, com efeitos financeiros a contar de 25/09/2021 e suas alterações nos valores contratuais com a apresentação de tabelas nos itens 1 e 2 da Solicitação 21 ([0752113](#)).

4. A secretária da SAOFC, em substituição, pelo Despacho 2153 ([0764863](#)), considerando o constante na solicitação do gestor/fiscal, encaminhou os autos a COFC para o possível reforço da Nota



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de Empenho, posteriormente a SECONT para elaboração da minuta de apostila e a esta AJDG para análise e emissão de parecer jurídico. Por último, determinou o retorno dos autos ao GABSAOFC para fins de manifestação.

5. O Gestor da contratação tendo conferido e atestado o percentual do reajuste, a **regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada** (eventos [0752107](#), [0752108](#) e [0752111](#)). Para o suporte da despesa no presente exercício, o fiscal da contratação informa a necessidade de reforço do empenho 2021NE000150 em R\$ 5.000,00, para o qual indica como fonte o Plano Interno ADM TELEFO ([0765505](#)).

6. Para o exercício seguinte a COFC registra nos autos a previsão de orçamento para a despesa em comento, a qual consta na proposta para 2022 como se verifica no PSEI 0003698-54.2020.6.22.8000, evento [0765540](#).

7. A programação orçamentária do valor necessário para suporte da despesa no exercício 2021 foi juntada aos autos pela SPOF no evento [0765593](#), anotando a unidade que em cumprimento ao disposto no art. 16, II, c/c o § 4º, I do mesmo art., ambos da LC nº 101/2000 – LRF, informa que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro.

8. A Seção de Contratos juntou aos autos a minuta da Apostila nº 02 ([0765394](#)) ao Contrato n. 5/2019 ([0478075](#)) e na sequência procedeu a remessa dos autos a esta Assessoria ([0765395](#)). **É o necessário relato.**

## **II - DA ANÁLISE JURÍDICA DO REAJUSTE**

9. O reajuste tem amparo no **art. 55, III, da Lei nº 8.666/1993**, o qual determina a estipulação de critérios periódicos de reajuste, tendo estes sido reproduzidos expressamente no ajuste administrativo:

**CLÁUSULA SÉTIMA** - Os preços dos serviços contratados serão corrigidos anualmente, observado o interregno mínimo de um ano, contado da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do IST (Índice de Serviços de Telecomunicações).

**Subcláusula Primeira** – Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Segunda** – Compete à CONTRATADA a iniciativa, o encargo do cálculo e a apresentação do PLANO BÁSICO OU ALTERNATIVO DE SERVIÇOS e demais tabelas, no que couber, aprovados pela ANATEL.

**Subcláusula Terceira** - Na eventualidade de a ANATEL determinar a redução no valor de tarifas dos serviços objeto deste contrato, a CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, comunicar o fato imediatamente ao CONTRATANTE e repassar a redução correspondente nas próximas faturas.

**Subcláusula Quarta** - Quaisquer reajustes, elevações, realinhamento de preços que possam majorar os valores de quaisquer serviços objeto deste contrato deverão ser comunicados e requeridos por escrito e previamente à emissão das contas telefônicas, para análise e deliberação do CONTRATANTE, podendo, caso aprovado, ser objeto de aditivo ou apostila ao contrato. A CONTRATADA não estará excluída dessa obrigação se a majoração for autorizada pelo poder concedente através de publicação em órgão da imprensa oficial.

**10.** O Manual de Licitações e Contratos do TCU – 4ª Edição, às fls. 704, orienta:

Para concessão de reajuste, o marco inicial conta-se da data da apresentação da proposta ou da data do orçamento a que a proposta referir-se, conforme previsto no edital e no contrato, **ou ainda do último reajustamento.** (Grifo nosso)

**11.** As unidades de gestão (COSEIC) e fiscalização (SEGOVTIC) da contratação em conjunto solicitaram a aplicação do reajuste de preços no percentual de **18,94%** (dezoito inteiros e noventa e quatro centésimos por cento) decorrente da variação do índice de serviços de telecomunicação (IST), consoante preconiza a regra contratual mencionada, a fim de repor perdas inflacionárias do período entre setembro de 2020 e setembro de 2021 ([0752113](#)).

**12.** Assim, subsiste o **poder-dever** de a Administração manter íntegra a equação econômico-financeira do contrato, haja vista que o reajustamento previsto configura-se em obrigação, e não mera faculdade da Administração. Nesse sentido:

DECISÃO TCU N. 425/2002 – PLENÁRIO:

**13.2** É requerida pela empresa a modificação da expressão "poderá ser reajustada" por "será reajustada", (item 27 do edital, folha 86) constando também a fórmula de reajuste correspondente.

(...)

**13.4** Entendemos procedente a solicitação, visto que a Lei n.º 8.666/93, em seu artigo 55, determina, não faculta, o reajustamento dos preços contratuais, sua periodicidade e o estabelecimento da fórmula utilizada para tal correção. Ou seja, a Administração tem a obrigação e não a faculdade de adotar os procedimentos mencionados. Desse modo, deve ser determinada a correção do edital."

(...)

O Tribunal Pleno, diante das razões expostas pelo Relator, DECIDE:

(...)



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8.2. determinar ao DNER que, no contrato decorrente da Tomada de Preços n.º 034/2001, introduza, por meio de termo aditivo, as seguintes alterações, de modo a adequá-lo à legislação em vigor:

(...)

b) na cláusula referente a reajuste, substituir a expressão "poderá ser reajustada" por "será reajustada", em atendimento ao artigo 55, III, da Lei n.º 8.666/93;

**13.** O TCU e a AGU, claramente responsabilizam a administração pela aplicação automática do reajuste em sentido estrito nos contratos administrativos, vejamos texto do **Parecer n.º 02/2016/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU**:

(...)

39. A automaticidade do reajuste significa, em outras palavras, que a sua concessão não demanda a prévia comprovação, pelo contratado, da alteração de cada um dos custos envolvidos na execução do contrato; **ao revés, a ocorrência da variação de custos é presumida, e a sua correção se dá por meio da mera aplicação periódica aos preços contratados dos índices oficiais previamente estabelecidos em edital e contrato, consoante uma fórmula matemática prevista nesses instrumentos.** Para tanto, há que se aferir, apenas, a variação acumulada do índice previsto nos 12 (doze) meses anteriores à data-base do reajuste.

(...)

41. O TCU, inclusive, já admitiu o caráter automático do reajuste em sentido estrito, aduzindo que "A diferença entre repactuação e reajuste é que este é automático e deve ser realizado periodicamente, mediante a simples aplicação de um índice de preço, que deve, dentro do possível, refletir os custos setoriais. Naquela, embora haja periodicidade anual, não há automatismo, pois é necessária a demonstração da variação dos custos do serviço" (Acórdão n.º 1374/2006- TCU - PLENÁRIO).

42. Nessa esteira, considera-se que, uma vez estabelecido em edital e pactuado entre as partes no âmbito do contrato administrativo, **o reajuste deve ser automática e periodicamente realizado pela própria Administração contratante, e de ofício, não sendo exigível prévio requerimento ou solicitação por parte do contratado.**

43. Trata-se, em realidade, do simples e regular cumprimento, pela

Administração, da cláusula contratual que estabelece o reajuste por índices dos preços inicialmente contratados e em última análise, do próprio edital e da legislação de regência.

(...)

## **III - DA CONCLUSÃO**

**14.** Dessa forma, esta Assessoria julga devida à aplicação do reajuste contratual no patamar de **18,94%** (dezoito inteiros e noventa e



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

quatro centésimos por cento) referente ao período de setembro de 2020 a setembro de 2021.

15. Ressalta-se, ainda, que a **situação de regularidade** da empresa **OI S.A** foi juntada aos autos nos eventos [0752107](#), [0752108](#) e [0752111](#), bem como a comprovação do suporte orçamentário ([0765593](#)).

16. Em análise formal aos termos da minuta de Apostila nº 02 ao Contrato nº 5/2019 ([0765394](#)), percebe-se que o referido instrumento, encontra-se em **conformidade** com as regras da Lei nº 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, **não havendo reparos a fazer nessa seara**, estando apto, portanto, a produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração, motivo pelo qual está Assessoria Jurídica manifesta sua **APROVAÇÃO**, para cumprimento do parágrafo único do artigo 38, da Lei nº 8.666/93.

17. Importa destacar que será necessária a notificação da contratada para apresentar nova garantia contratual, com base nos valores atualizados do contrato, conforme delineado no item V da minuta de Apostila contratual.

18. Calha anotar, por fim, que esta unidade jurídica analisou apenas os **aspectos jurídicos do ato em discussão**, tendo excluído aqueles de índole material associados ao objeto, cálculos e índices, em razão da sabida falta de atribuição legal para tanto.

À consideração da unidade competente



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 02/12/2021, às 16:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0767940** e o código CRC **A76D4542**.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

0002398-28.2018.6.22.8000

0767940v10

PROCESSO: 0002398-28.2018.6.22.8000

INTERESSADO: Seção de Governança da Tecnologia da Informação e Comunicação - SEGOVTIC

ASSUNTO: Reajuste contratual – Contrato n. 5/2019 – Contratada OI S.A.

**DESPACHO Nº 1682 / 2021 - PRES/DG/GABDG**

Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Governança e Controle - SEGOVTIC com o objetivo de abrigar a contratação efetivada com a empresa em recuperação judicial **OI S.A.**, CNPJ n. 76.535.764/0001-43, especializada na prestação de **Serviço de Telefonia Fixa Comutada** (STFC), não residenciais, a fim de atender as necessidades deste TRE/RO, mediante **Contrato n. 5/2019** firmado entre as partes ([0478075](#)).

Nos termos da Solicitação n. 21/2021 - **PRES/DG/STIC/CSCOR/SEGOVTIC** ([0752113](#)), a unidade gestora da contratação informa à SAOFC sobre a necessidade da aplicação do reajuste contratual previsto na Cláusula Nona do Contrato n. 5/2019, considerando o interregno de 01 (um) ano do último reajuste aplicado no valor do contrato, contabilizando o período necessário previsto em lei. Informa, também, a indicação da variação percentual do índice de reajuste de serviços de telecomunicações (IST) de **18,94%** no período, com efeitos financeiros a contar de 25/09/2021 e suas alterações nos valores contratuais com a apresentação de tabelas nos itens 1 e 2 da referida Solicitação.

O Secretário de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC, mediante Despacho n. 2153/2021 - **PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC** ([0764863](#)), encaminhou o feito à **COFC**, para ratificar se há cobertura de despesa suficiente conforme item 4 da solicitação supramencionada, para que o reajuste contratual seja possível; à **SECONT**, para elaboração da minuta da apostila do contrato; e à Assessoria Jurídica desta Diretoria-Geral - AJDG, para análise e emissão de parecer jurídico quanto a reajuste pleiteado e minuta da apostila.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Em cumprimento ao Despacho n. 2153/2021 ([0764863](#)), a COFC, pelo evento [0765540](#), informa que, por se tratar de despesa a ocorrer somente no exercício 2022, não se faz possível a programação e consequente reserva orçamentária por depender de aprovação da Lei de Orçamento Anual de 2022. Em complemento, registra que a proposta orçamentária deste TRE-RO para o exercício 2022 tramita no processo nº [0003698-54.2020.6.22.8000](#), com previsão do montante supra identificado destinado a despesas com o objeto dessa contratação.

Do mesmo modo, no evento [0765555](#), noticia que se trata de despesa prevista no planejamento orçamentário do exercício e com dotação suficientemente disponível para sua realização neste exercício de 2021.

Na sequência, a SPOF junta a programação orçamentária no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para o presente exercício ([0765593](#)).

A SECONT juntou a minuta de Apostila n. 02 ao Contrato n. 05/2019 ([0765394](#)), remetendo à Assessoria Jurídica desta Diretoria-Geral para análise ([0765395](#)).

A AJDG emitiu o Parecer Jurídico nº 222/2021 ([0767940](#)), no qual entende devida a aplicação do reajuste no patamar de **18,94%** (dezoito inteiros e noventa e quatro centésimos por cento) referente ao período de setembro de 2020 a setembro de 2021. Por fim, aprovou os termos da minuta de Apostila n. 02 ao Contrato nº 05/2019 ([0765394](#)), em cumprimento do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

Por sua vez, a Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC manifestou-se pelo deferimento do reajuste pretendido, no percentual de **18,94%** (dezoito inteiros e noventa e quatro centésimos por cento), decorrente da variação do Índice de Serviços de Telecomunicações – IST, aferido no período de setembro de 2020 a setembro de 2021, com efeitos financeiros sobre o Contrato mencionado a partir de 25/09/2021, [inc. III do art. 55 da Lei nº 8.666/1993](#) (Manifestação n. 490/2021 - evento [0767997](#)).

Vieram os autos para apreciação desta Diretora-Geral.

Inicialmente, registra-se que embora tenha sido recentemente publicada a Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 (a nova Lei de Licitações e Contrato Administrativo), seu artigo 191 combinado com o art. 193 permite a utilização da Lei 8.666/93 até o decurso do prazo de dois anos após sua publicação, momento este que ocorrerá a revogação daquela lei. Neste sentido, no curso deste despacho manter-se-á a citação da lei



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

antiga considerando que é a que está sendo aplicada no curso dos presentes autos.

Nos termos do bem lançado Parecer Jurídico n. 222/2021 da AJDG ([0767940](#)), a pretensão de reajuste tem amparo no **art. 55, III, da Lei n. 8.666/93**, pois trata-se de reajuste em sentido estrito, o qual determina a estipulação de critérios periódicos de reajuste, por sua vez reproduzidos expressamente no Contrato Administrativo nº 5/2019 ([0478075](#)). Veja-se:

**CLÁUSULA SÉTIMA** - Os preços dos serviços contratados serão corrigidos anualmente, observado o interregno mínimo de um ano, contado da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do IST (Índice de Serviços de Telecomunicações).

**Subcláusula Primeira** – Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**Subcláusula Segunda** – Compete à CONTRATADA a iniciativa, o encargo do cálculo e a apresentação do PLANO BÁSICO OU ALTERNATIVO DE SERVIÇOS e demais tabelas, no que couber, aprovados pela ANATEL.

**Subcláusula Terceira** - Na eventualidade de a ANATEL determinar a redução no valor de tarifas dos serviços objeto deste contrato, a CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, comunicar o fato imediatamente ao CONTRATANTE e repassar a redução correspondente nas próximas faturas.

**Subcláusula Quarta** - Quaisquer reajustes, elevações, realinhamento de preços que possam majorar os valores de quaisquer serviços objeto deste contrato deverão ser comunicados e requeridos por escrito e previamente à emissão das contas telefônicas, para análise e deliberação do CONTRATANTE, podendo, caso aprovado, ser objeto de aditivo ou apostila ao contrato. A CONTRATADA não estará excluída dessa obrigação se a majoração for autorizada pelo poder concedente através de publicação em órgão da imprensa oficial.

Salienta-se que tal reajuste é procedimento automático, em que a recomposição se produz sempre que ocorra a variação de certos índices, independente de averiguação efetiva do desequilíbrio, de modo que subsiste o **poder-dever** da Administração em manter íntegra a equação econômico-financeira do contrato, haja vista que o reajustamento previsto se configura em obrigação, e não mera faculdade da Administração.

Dessa forma o reajuste em sentido estrito, previsto em cláusula contratual, deve acontecer de forma automática pela Administração.

No caso sob análise trata-se de reajustes aplicados através do Índice de Serviços de Telecomunicações – IST, previstos em cláusula contratual, sendo devidos os respectivos valores contabilizados no período de **setembro de 2020 a setembro de 2021**.





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Assim, o reajuste a ser aplicado no contrato, no percentual de **18,94%** (dezoito inteiros e noventa e quatro centésimos por cento), refere-se ao período de **setembro/2020 a setembro/2021**, e é decorrente da variação do IST no período. O impacto financeiro total deste reajuste é de **R\$ 38.798,40** (trinta e oito mil setecentos e noventa e oito reais e quarenta centavos) e incide nos exercícios 2021 e 2022.

Por conseguinte, haverá necessidade de atualização dos valores do Contrato nº 5/2019 ([0478075](#)), fixando seu novo valor em R\$ 243.647,50 (duzentos e quarenta e três mil seiscentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos), devido ao impacto do reajuste aplicado, com fulcro no [§ 1º do art. 65 da Lei nº. 8.666/93](#).

Além disso, conforme ressaltou a AJDG, em cumprimento à **CLÁUSULA OITAVA** do contrato, **deverá a contratada apresentar** atualização/complementação da garantia contratual.

Por todo exposto e por tudo que dos autos consta, considerando os termos do artigo 1º, II, da Portaria nº 66/2018, esta Diretora-Geral:

**a) Autoriza o reajuste do Contrato Administrativo n. 5/2019 ([0478075](#))**, no percentual de **18,94%** (dezoito inteiros e noventa e quatro centésimos por cento), decorrente da variação do Índice de Serviços de Telecomunicações – IST aferida no período de **setembro de 2020 a setembro de 2021**, com efeitos financeiros sobre a Contratação **a partir de 25 de setembro de 2021**, com fulcro no [art. 55, III, da Lei nº 8.666/1993](#) e ainda Cláusula Sétima do Contrato Originário;

**b) Determina a atualização dos valores do Contrato n. 5/2019**, fixando seu novo valor em R\$ 243.647,50 (duzentos e quarenta e três mil seiscentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos) devido ao impacto do reajuste aplicado, com fulcro no [§ 1º do art. 65 da Lei nº. 8.666/93](#);

**c) Determina a notificação da empresa contratada para demonstração nos autos da situação de regularidade** com a Receita Federal do Brasil (RFB), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Justiça do Trabalho e CNJ, por meio de certidões atualizadas que deverão ser juntadas aos autos, antes da assinatura da Apostila; e



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Coordenadoria de Material e Patrimônio  
Seção de Contratos

**d) Determina a complementação da garantia**, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis após assinatura da apostila**, no valor de **R\$ 1.939,92** (um mil novecentos e trinta e nove reais e noventa e dois centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do presente reajuste, em uma das modalidades previstas no [§ 1º do art. 56 da Lei n. 8.666/93](#), e ainda nos termos do [§ 2º do art. 56 da Lei n. 8.666/93](#) combinado com a Cláusula Oitava do contrato originário.

Encaminhem-se os autos à SAOFC para prosseguimento.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 20/12/2021, às 16:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0768439** e o código CRC **C45FD0AB**.